

Importância social da educação em sexualidade no contexto brasileiro

Social importance of sex education in the Brazilian context

Graça Margarete de Souza Tessarioli¹

Resumo

Por meio de uma retrospectiva dos fatores históricos que marcaram a vivência e a percepção da sexualidade pela população brasileira desde o início da formação do país, este artigo destaca a importância da educação em sexualidade e da própria sexualidade na vida das pessoas, em todas as fases da vida; destacando a origem dos tabus e preconceitos culturais quanto ao tema e ao seu entendimento.

Palavras-chave: Sexualidade; Educação sexual; Educação em saúde; Saúde sexual e reprodutiva; Direitos sexuais e reprodutivos.

Abstract

Through a retrospective of the historical factors that have marked the experience and perception of sexuality by the Brazilian population since the beginning of the country's formation, the article highlights the importance of sexuality education and of sexuality itself in people's lives, in all phases of their lives; highlighting the origin of cultural taboos and prejudices regarding the theme and its understanding.

Keywords: Sexuality; Sex education; Health education; Sexual and reproductive health; Sexual and reproductive rights.

Introdução

A educação em sexualidade é necessária não só em função da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e da gravidez não planejada na adolescência, mas de todos os outros aspectos que envolvem o desenvolvimento da sexualidade, pois isso se inicia nos primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada fase dela. A aprendizagem em sexualidade inclui todo

o processo pelo qual aprendemos sobre esse assunto ao longo da vida.

Assim, ao falar sobre educação sexual, estamos incluindo todas as pessoas independentemente da idade, como afirma Figueiró¹, que acredita que não se deve restringir a educação em sexualidade apenas aos profissionais com características prévias para o seu exercício, mas sim expandi-la a todos. Queiramos ou não, sempre estamos educando sexualmente, pois o processo de aprendizagem se inicia no contexto familiar e posteriormente está presente na escola, na comunidade, nas igrejas e na mídia, se desenvolvendo durante toda a vida.

Entretanto, nossa sociedade vive momentos de extremo conservadorismo, em que a proposta

¹ Graça Margarete de Souza Tessarioli (gmtessarioli@gmail.com) é pedagoga pela Universidade São Marcos, Mestre em Educação, História da Arte e Cultura pelo Mackenzie, Pós-graduanda em Direito Homoafetivo e Gênero com Título de Sexóloga pela Associação Brasileira dos Profissionais de Saúde, Educação e Terapia Sexual (Abrasex), membro fundadora da Associação Brasileira dos Profissionais de Saúde, Educação e Terapia Sexual (Abrasex), atua como Terapeuta e Educadora Sexual e Coordenadora do Curso para Obtenção do Curso de Sexólogo (CTSex) pelo Instituto Casal Tessarioli e leciona e coordena a Pós-Graduação do Curso Terapia Sexual na Saúde e na Educação do Centro de Formação e Estudos Terapêuticos da Família (Cefatef).

de trazer o tema à luz, mesmo diante de sua importância, encontra muita resistência e ainda é tabu – termo cujo conceito pode ser definido como “atos, palavras ou símbolos sexuais proibidos numa da sociedade por motivos religiosos ou sociais”² (p. 87). Assim, a sexualidade pode ser considerada uma construção social e cultural, já que em cada cultura e momento histórico a sociedade molda diferentes valores em torno do sexo, criando normas, exigências, interdições e permissões.

É visível a reprovação e a perseguição com relação à sexualidade; assistimos várias manifestações contrárias à educação sexual por parte de grupos conservadores, sendo esse o principal obstáculo para que o tema seja pensado e colocado em prática. O presidente Jair Bolsonaro já afirmou, em diversas ocasiões, ser contra a abordagem dessa questão nas instituições de ensino: “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”, disse em novembro de 2018³. O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, da pasta da Educação, também se opôs à discussão de gênero no currículo; em novembro de 2018, ele afirmou: “quem define gênero é a natureza”⁴.

Nesse contexto, existem muitas dificuldades em se abordar o tema em um país como o Brasil, de dimensão continental e com extensas zonas rurais no interior. Também nas principais capitais há questões culturais, políticas e religiosas que interferem no esclarecimento da sexualidade, ocasionando falta conhecimento sobre o assunto. Esses preconceitos com relação à educação sexual têm origem na construção histórica do país, que carrega uma série de comportamentos e atitudes que até hoje marcam as nossas experiências.

Entre os vários obstáculos para tratar a sexualidade que continuam sendo propagados e

que transparecem nos discursos, nos comportamentos e nas atitudes de nossa população, dois serão abordados neste artigo: a construção histórica do tema no Brasil e a falta de conhecimento sobre o assunto, que acaba por disseminar a desinformação e faz com que muitas pessoas ainda acreditem que falar de sexualidade é falar apenas de sexo.

A compreensão da origem de determinados comportamentos e o conhecimento em sexualidade são fundamentais para refletir sobre de onde vem a resistência e para que possamos desconstruir e ressignificar a educação sexual.

Recortes dos aspectos históricos relativos à sexualidade

A educação em sexualidade no Brasil está em construção, pois não existem muitos marcos históricos com relação ao tema e a maioria dos historiadores se remete ao Brasil Colônia para buscar aspectos que deram origem a uma série de comportamentos e atitudes ainda presentes em nossas experiências. Assim, não há uma historiografia organizada e sistematizada sobre o assunto no país, conforme pontuam Nunes e Silva⁵:

[...] [há] necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas sobre a história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la [...] a educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada (p. 172).

Conhecer mais sobre essa história pode ajudar na compreensão de uma série de questões com relação à sexualidade que se refletem na construção do pensamento sexual contemporâneo. por exemplo, uma mulher que durante a terapia sexual diz: “eu não me toco e nunca me

toquei” e que, por mais que seja orientada a realizar tal atividade, apresenta muita resistência e relata sentir medo e vergonha – esse comportamento está indissociavelmente ligado ao tipo de educação sexual presente na vida dessa pessoa, tema que é comumente associado ao pecado e à vergonha.

A chegada dos portugueses

A história da sexualidade no Brasil tem início com a chegada dos portugueses no século XVI e a posterior colonização, e tem como principal fonte documental da época a carta redigida por Pero Vaz de Caminha a D. Manuel I, então rei de Portugal⁶. Conforme o relato, tal contato foi um encontro pacífico, mas também um verdadeiro choque de culturas, com estranhamento por ambos os lados.

Mistura de desejo, fascinação e curiosidade intelectual genuína que sublinha sua visão da população local. Descrevendo-lhes a aparência, volta repetidas vezes à mais surpreendente característica que apresentavam – sua nudez – e à combinação de beleza e inocência que os distinguiam de seus semelhantes europeus⁶ (p. 26).

Na carta, Caminha relata que o que mais atraiu a atenção dos portugueses foram os habitantes se apresentarem com surpreendente nudez, pois europeus viviam em uma sociedade em que a sexualidade era nefasta e controlada pela Igreja Católica, que encarava o sexo como objetivo, exclusivamente para a procriação e a ser realizado dentro do matrimônio cristão –fora dessas condições, era considerado pecado. Havia, portanto, um rígido controle exercido pela Igreja, que, por meio do “manual do confessor”⁷,

controlava o comportamento das pessoas e dos casais e determinava que a sexualidade fosse desprovida de conteúdo erótico, de sensualidade e de prazer.

A Igreja condenava totalmente a sexualidade e encarava o casamento como forma de controlá-la, estabelecendo normas que incutiam diversas limitações aos comportamentos sexuais e ao corpo nu, que não deveria ser visto e nem representado, pois a nudez era associada ao “pecado da carne”. O corpo da mulher foi o que mais sofreu com essa conotação negativa, pois era considerado sedutor; por isso, uma das formas de controlar os impulsos sexuais era a ocultação do corpo pelo uso de vestuários que cobrissem não apenas as partes sexuais, mas ele por completo, inclusive escondendo os gestos, como aponta Correia⁸:

O corpo era visto como sagrado pois, segundo a doutrina cristã, o homem foi feito à imagem de Deus e a mulher a partir do homem, através da costela de Adão. Simultaneamente, também era considerado profano, pois o corpo é também associado ao prazer da carne e à tentação. A associação inegável entre corpo e sexualidade conotou-o com uma carga negativa, causador do pecado original (p. 7).

A visão da Igreja, por um lado, preconizava o lado positivo do ser humano enquanto criado por Deus à sua semelhança, mas por outro lado, persistia em difundir a tendência negativa dos seres humanos enquanto pecadores prontos para ceder à tentação, inclusive da carne, e a perder para sempre seu lugar no paraíso.

Nesse sentido, a inocência da nudez indígena, apontada por Caminha⁶, levou a associações e à conclusão de que os recém-encontrados eram filhos de Deus, como Adão e Eva no paraíso, mas

que poderiam (e deveriam) ser salvos dos pecados. Referindo-se ao potencial para salvação, Caminha diz: “porém o melhor fruto que dela se pode tirar me parece será salvar está gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar” (p. 25), e continua:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência com em mostrar o rosto⁶ (p. 26).

Da mesma forma, a nudez inocente foi o foco das descrições das mulheres nativas. Conforme a moral cristã, o corpo, e especificamente as partes íntimas (sexuais), são mencionados várias vezes no texto⁶ como “vergonhas”, denunciando o entendimento de que, para a sociedade europeia da época, deveriam ser completamente escondidos e omitidos.

A imagem do indígena brasileiro enquanto aquele que transmite simplicidade, inocência, bondade e sociabilidade rapidamente se dissipou com o aumento do contato entre eles e os europeus. Porém, essas primeiras impressões, que surgiram na agitação das novidades e do espanto, considerando a singularidade dos índios e de seus costumes, serviram apenas como uma leitura imediata, superficial e fragmentada. O conhecimento mais profundo dos modos de vida desses povos logo criou dúvidas quanto à veracidade desse perfil frente ao cotidiano e à percepção das dificuldades, com muitas das ideias sendo destruídas. Destacam-se a partir daí os traços que em nada eram vistos como paradisíacos. Ao contrário, eram até considerados diabólicos, vistos como frequentes os exemplos de crueldade,

de instintos bélicos – como a antropofagia –, a poligamia, a nudez e os outros costumes considerados abomináveis na perspectiva europeia. Assim, os índios passam a ser “selvagens”.

Início da colonização

A efetiva colonização do Brasil só vai se delinear com a chegada dos jesuítas, em 1549, que iniciam o ensino brasileiro por meio da Companhia de Jesus com o objetivo de catequizar os índios. A iniciativa durou até 1759, quando esses padres foram expulsos de Portugal e de suas colônias pelo Marquês de Pombal⁹.

Nesses ensinamentos, a ideia era que, a todo custo, se cobrissem os corpos, pois a nudez expressava a pobreza material e cultural em que os índios viviam, em uma visão de que o corpo deveria ser inferiorizado em favor do espírito – discurso que contribuiu para a depreciação do corpo em nossa cultura. Assim, “salvar o índio no modo de entender dos jesuítas, era fazê-lo abandonar seus costumes demoníaco e impor-lhe o temor a civilidade”⁹ (p. 1016). Entra em cena a partir desse período uma pedagogia da vigilância, que atuava por meio de um rígido controle sobre as práticas dos indivíduos, com regras impostas sobre os corpos, as atitudes e os comportamentos, que deveriam ser vigiados e disciplinados. Nos dois séculos de educação jesuíta no Brasil, que aplicava-se tanto aos índios quanto aos próprios padres da Companhia, todos eram reprimidos e ameaçados com o castigo de chibatadas.

As práticas de controle corporal se espalharam pelo mundo; o poder da Igreja sobre o corpo exercia um intenso trabalho vigilância, punição e repreensão de todas as funções do desejo, além da tentativa de reprimir todos os comportamentos considerados desviantes, como a masturbação, a homossexualidade, a sodomia, a poligamia e o adultério.

Desde o início da colonização lutou-se contra a nudez e aquilo que ela simbolizava... O corpo nu era concebido como foco de problemas duramente combatidos pela Igreja nesses tempos: a luxúria, a lascívia, os pecados da carne. Afinal, como se queixava padre Anchieta, além de andar peladas, as indígenas não se negavam a ninguém¹⁰ (p. 17).

Com relação à prática sexual, salientava-se que “as índias não se negavam a ninguém”; ou seja, a cultura indígena local era totalmente diferente da europeia e considerava a vivência da sexualidade algo natural, e por isso, esses povos gozavam de uma liberdade moral completa.

Embora os colonizadores adotassem o discurso da moral cristã de que o sexo era pecado, frequentemente mantinham relações sexuais com as indígenas. Segundo Ribeiro¹¹, eles consideravam que só estariam pecando ao se relacionarem sexualmente com mulheres brancas. Na percepção dos europeus, pela qual o corpo feminino era todo negado e o sexo deveria ser feito só para procriação, a mulher branca também não podia ter prazer no ato sexual; a prática deveria ser rápida, e caso houvesse demonstração de prazer, a mulher era tida como prostituta pelo marido. Havia predomínio do masculino e a relação sexual era um ritual que ocupava o centro da masculinidade – daí a decorre existência de práticas sexuais marcadas pela brutalidade.

As mulheres nativas, não raras vezes, eram estupradas pelos colonizadores. Para evitar que isso resultasse na miscigenação da população, o chefe dos missionários solicitou ao “Rei João III o envio de mulheres da Europa para casar com os colonos” (p. 52)¹². Tal demanda foi atendida pela Coroa Portuguesa, que enviou jovens órfãs ao Brasil com a função de fundar a primeira geração de famílias brancas nativas da nova terra. Para isso, era comum haver casamentos arranjados com mulheres

brancas, situação em que tanto o homem quanto a mulher não se conheciam e na qual as relações sexuais eram por elas vistas como uma obrigação – se “necessário” fosse, também eram forçadas.

Nesse contexto, a mulher ocupava lugar de objeto, satisfazendo os homens e suas necessidades sexuais e de reprodução para o povoamento da colônia. Eram usadas sem consideração às suas vontades e desejos, sendo estupradas e torturadas mediante atos machistas, em uma situação de submissão total aos homens.

Contracenando com as mulheres nativas, havia então as europeias órfãs e as negras, que chegaram ao Brasil em meados do século XVI – capturadas nas terras onde viviam na África e trazidas à força para a América, em grandes navios e em condições miseráveis e desumanas. Assim como os homens escravizados, muitas delas morriam durante a viagem através do Oceano Atlântico, vítimas de doenças, de maus tratos e da fome. Os que conseguiam sobreviver à viagem eram separados de outros membros de suas nações de origem para evitar que pudessem se comunicar. Não tinham nenhum direito e conviviam com a violência e a humilhação em seu dia a dia, sendo que as mulheres negras viviam condições específicas de submissão¹³.

As negras, assim como as indígenas, também andavam nuas ou seminuas; e independentemente de sua origem social ou étnica eram sempre vistas como uma “perdição”, sendo foco de abusos pelos portugueses, gerando uma miscigenação não oficial, extremamente condenada pela Igreja e pela elite branca, que formou a base da população brasileira¹³.

Efeitos do legado cultural repressivo sobre a sexualidade

O legado transmitido para a nossa sociedade desde a colonização é marcado pelo controle

do corpo e da nudez, duramente exercido pela Igreja. O corpo foi foco de tentativas de todas as formas cobrir, pois era sinônimo de pecado, o que promoveu o medo, o preconceito, o tabu e a discriminação ainda presentes na nossa cultura. A educação sexual brasileira sempre foi – e ainda é – marcada pela repressão, herança que, segundo Nunes¹⁴, revela a tradição ocidental de dominação, que ainda acarreta prejuízos à sexualidade e gera medo e corpos silenciados pelo dogma religioso e pelo preconceito.

Os significados e as representações atribuídos historicamente aos corpos no Brasil foram também atravessados pela visão eurocêntrica, pelo sexismo, pelo racismo e pela lógica patriarcal. Isso tudo produziu indivíduos carregados de julgamentos e formados por uma educação sexual repressora, que resulta na rigidez da expressão e de comportamentos sexuais, mesmo que inconscientemente. É nesse formato que o(a) brasileiro(a) estabelece sua identidade sexual, seus valores e suas atitudes a respeito da sexualidade, introjetados durante sua formação como negativos, o que gera tabus, preconceitos e dificuldades até hoje.

Um exemplo de situação que pode ser relacionada à nossa origem histórica, de repressão do corpo, da sexualidade e da mulher, é que ainda hoje, diante de manifestações e expressões da criança, por exemplo, o manusear genital – gesto normal de descoberta do corpo que não configura uma atividade sexual –, o adulto entende a partir de suas próprias percepções e acaba por reprimi-las, sendo que a descoberta deveria ser encarada como natural nessa fase, e não reprimida¹⁵.

Enquanto crescemos, ouvimos tantas mensagens de controle do corpo (por exemplo, “feche as pernas”, “tire a mão daí, é feio”) ou das emoções (“não chore, você é homem”, entre tantas outras) que nos aprisionamos. O controle da sexualidade acaba, conseqüentemente, nos

afastando também de conhecer e cuidar do nosso corpo, aumentando nossa vulnerabilidade, inclusive de saúde.

A repressão sobre a educação sexual ocasiona contínuos emaranhados, influenciando o desenvolvimento e o comportamento sexual do indivíduo de maneira induzida. Como resultado, surgem também sentimentos negativos quanto à vivência da sexualidade; ou seja, é uma informação cuja falta afeta profundamente a vida das pessoas em seus sentimentos, palavras e atitudes.

No Brasil, ainda vivemos, de modo geral, uma educação que prepara a mulher para o casamento, a maternidade e a posição de depositária dos desejos de outros, de dependente afetiva e econômica do parceiro, para desempenhar um papel secundário no mundo, impedida de construir a própria vida como ser autônomo. Tal estrutura de poder que coloca o masculino sobre o feminino está tão enraizada em nossa cultura que ainda prevalecem ideias que afirmam que o papel da mulher é no lar. Exemplo desse discurso em pleno século XXI é a publicação, por uma colunista da revista *Veja* (revista de grande circulação nacional), de uma matéria intitulada “Marcela Temer: bela, recatada e do lar”, que destacava que “a quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice”¹⁶. O texto provocou diversas manifestações críticas, trazendo a discussão sobre o papel da mulher na sociedade brasileira atual e o motivo por que a representação de Marcela como “bela, recatada e do lar” causou tamanha ressonância nas redes sociais, nas mesas de bar e entre vários grupos da sociedade.

De acordo com a crítica de Djamila Ribeiro, pesquisadora na área de filosofia política e feminismo, publicada no site *Carta Capital*, cujo subtítulo é “A intenção é enaltecer Marcela Temer como a mulher que todas deveriam ser, à sombra, nunca à frente”¹⁷:

Fica evidente a tentativa da revista de fazer uma oposição ao que Dilma representa. Uma mulher aguerrida, forte, fora do padrão imposto do que se entende que uma mulher deve se comportar. Mas, é como se dissessem: mulher boa é a esposa, a primeira dama, a “que está por trás de um grande homem”. [...] ao enaltecer Marcela Temer como a mulher que todas deveriam ser, à sombra, nunca à frente. Destaco que não critico aqui Marcela e mulheres que possuem estilo parecido. O problema é julgar que esse modelo deve ser o padrão. É não respeitar a mulher como ser humano, alguém que pode estar num lugar de liderança, e que tem o direito de ser como quiser sem julgamentos à sua moral ou capacidade (p. 1).

A historiadora Mary Del Priore, uma das maiores pesquisadoras a estudar sobre a história das mulheres brasileiras, em entrevista para o site da BBC Brasil¹⁸, argumentou que a crítica de Ribeiro partiria de uma visão “intolerante” sobre o modo de vida de uma parcela significativa da população, portanto, não representaria o Brasil como um todo, mas sim o das capitais, onde há maior presença do Movimento Feminista organizado, mulheres em cargos de comando e formadas pelas universidades. Dessa forma, em muitas localidades do país, principalmente no interior, os adjetivos usados para caracterizar Marcela ainda estão presentes no cotidiano e são considerados características importantes para a escolha de uma esposa.

A partir da construção histórica, conseguimos entender melhor o pensamento da sociedade contemporânea sobre a mulher, e fica claro como ainda hoje ele está associado ao modelo tradicional e normativo patriarcal. Tal modelo impõe

dificuldades para as mulheres expressarem seus desejos, vontades e necessidades, e quando o fazem livremente, são julgadas e rotuladas. Ao mesmo tempo, a imagem da mulher é fortemente associada ao papel social de mãe, esposa, dona de casa, cuidadora e submissa.

Há mulheres que desconhecem o próprio corpo, principalmente suas partes sexuais, e confessam ter vergonha ou medo de se tocarem – ou, quando se tocam, sentem culpa –, além daquelas que fazem sexo para agradar o parceiro, pois não têm interesse sexual próprio. Ou seja, o passado se torna presente e, à mulher, ainda é vetado o prazer.

Compreendendo a sexualidade

Quando o tema é sexualidade, muitas pessoas o associam imediatamente ao ato sexual em si, o que representa um fator de impedimento para a implantação de uma educação efetiva sobre o assunto. Isso decorre da falta de conhecimento a respeito da sexualidade e suas expressões, sendo importante diferenciar prática sexual de sexo biológico, que se refere aos órgãos genitais. A ideia de que o gênero (masculino ou feminino) é condicionado pela genitalidade ainda prevalece e também é produto da educação sexual. Segundo Guimarães (1992), a genitalidade está relacionada ao ato sexual carnal, às fantasias e aos órgãos genitais do corpo humano. Já o sexo se refere à diferença biológica entre macho e fêmea, o gênero costuma ser utilizado como designação de feminino e masculino.

A sexualidade é uma construção social e cultural, baseada em valores a respeito das diferenças entre os sexos biológicos, sobre a qual se criam modelos, normas, padrões, exigências, permissões e interdições que tornam a atividade sexual um tabu. Essas concepções se apresentam com particularidades de acordo

com cada cultura e momento histórico. É nesse sentido que a sociedade entende a sexualidade apenas como ato sexual e o gênero como atrelado ao sexo biológico.

Nesse sentido, no Brasil, a sexualidade ainda é tida como tabu, não apenas por conta de questões culturais e religiosas, mas também por motivações políticas e mesmo pelo desconhecimento sobre o assunto. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS):

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito (relação sexual) e não se limita à presença ou não de orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e integrações e, portanto, a saúde mental e física. Se saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental é a integração dos aspectos sociais, somáticos, intelectuais e emocionais de maneira tal que influenciem positivamente a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor¹⁹ (p. 290-291).

A sexualidade é um aspecto central da nossa personalidade, por meio da qual nos relacionamos com “o outro”, ou seja, todos nós a vivenciamos. Esse contato é extremamente importante

na família, no modo como nos relacionamos com nossos filhos(as) e parceiros(as), na forma de apreciar o que gostamos, como a textura de um sorvete, no relaxar em uma massagem, no desfrutar do beijo da pessoa amada ou do abraço de um amigo. Tudo isso está ligado à sexualidade. Embora o senso comum a confunda com erotismo, com genitalidade e relações sexuais, “a sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não de orgasmo [...]”²⁰ (p. 91); ao contrário, essa centralização da ideia no sexo e na genitalização não é constitutiva da sexualidade.

Assim, o tema deve ser entendido como parte comum do desenvolvimento humano no sentido mais amplo, incluindo a conscientização sobre o próprio corpo e a forma de se relacionar consigo mesmo e com o outro. Entender a sexualidade de maneira mais ampla nos permite, de forma clara e objetiva, dissociá-la da atividade sexual enquanto o ato puramente biológico e enxergá-la enquanto aspecto intrínseco à personalidade do ser humano.

A OMS compreende a sexualidade como uma energia motivadora para que as pessoas possam se relacionar e encontrar o amor; que se expressa na forma como agimos, nos movimentamos e interagimos uns com os outros, manifestando nossos pensamentos e sentimentos e, de modo geral, influenciando nossa saúde física e mental por meio dessas interações. A ideia central é que a sexualidade humana se desenvolve pela experiência adquirida, em um processo contínuo de bem-estar físico, psicológico e sociocultural, que ocorre em um complexo contexto biopsicossocial, formando parte integrante da personalidade de cada um¹⁹.

A compreensão da sexualidade advém do profundo conhecimento tanto de si quanto do outro, enquanto uma forma especial e profunda

de comunicação que é vivida no corpo. Portanto, não é possível separar a sexualidade do corpo ou pensar no corpo sem considerar a sexualidade.

O desconhecimento a respeito do tema acaba limitando a compreensão do indivíduo sobre a própria sexualidade e sobre a importância dela para o desenvolvimento saudável em todas as fases da vida. Nesse sentido, a família e posteriormente a escola, enquanto responsáveis iniciais pela educação, são, em sua maioria, despreparadas para proteger e educar as crianças e adolescentes com relação à sexualidade, uma vez que não compreendem sua importância e o sentido que ocupará na vida do indivíduo.

Sexualidade é um tema amplo que abrange diversos aspectos, como o respeito a si próprio e ao outro, a afetividade, os direitos sexuais reprodutivos, a saúde sexual e reprodutiva, as relações de gênero, mitos e tabus, gravidez planejada e não planejada, o corpo e a imagem corporal, a prevenção ou exposição às IST, a diversidade sexual, o conjunto de crenças e valores de cada um, o sexo e a parceria sexual, entre tantos outros. Assim, o sexo é apenas uma parte da sexualidade, e não é a sexualidade em si, e ao abordar ambos como sinônimos, todos esses outros aspectos são suprimidos.

Segundo Silva²¹, ao considerar que tanto os graus de confiança em si e nos outros quanto as atitudes de aceitação ou de recusa em relação ao corpo e à expressão dos afetos e da sexualidade dependem, em grande parte, da influência familiar, a comunicação verbal sobre o tema nesse núcleo é apenas uma das fontes de aprendizagem. A aprendizagem se dá, sobretudo, por meio da observação dos comportamentos e atitudes, dos modelos incorporados, do fazer, do pensar e do julgar. Isso reforça a inevitabilidade da participação da família na educação sexual de crianças e jovens.

As raízes da sexualidade se desenvolvem desde o período intrauterino e especialmente nos primeiros anos de vida¹⁵ (p. 139). Por isso, é necessário levar em consideração que pais também estão marcados pelas diversas influências que receberam do meio sociocultural desde a infância e, na maioria dos casos, transmitirão o que vivenciaram na dinâmica da nova família que construirão.

Atualmente, a mídia também figura como importante agente no processo de aprendizagem sobre sexualidade devido à sua presença nos lares e na escola, influenciando direta e indiretamente a formação das crianças e adolescentes. Entretanto, a repressão com relação ao tema também está presente nos meios de comunicação, incluindo os que são divulgados por redes sociais, mesmo que haja eventuais exceções específicas. Há, assim, tanto divulgações positivas como negativas, repressoras e que tentam controlar a sexualidade. A internet representa um espaço ilimitado em todas as direções e ao alcance de todos, na “palma das mãos”, sem fronteiras ou barreiras culturais, uma interatividade que coloca em evidência assuntos sobre sexualidade sob os mais variados enfoques.

Por essa razão, a família, a escola e a mídia (incluindo a internet), enquanto formadoras da sexualidade, devem ser alvo de estudos e reflexões abrangendo a atuação dos profissionais envolvidos com a educação em sexualidade para que ofereçam o acesso a informações claras, objetivas e científicas.

Conclusão

Diante da breve exposição transcorrida, temos a ideia de que as dificuldades para tratar da educação sexual estão fundamentadas na construção histórica sobre o tema oriunda do Brasil Colônia, época em que a Igreja Católica exerceu controle e

propagou restrições sobre o corpo, o prazer, a sensualidade e o sexo, estabelecendo comportamentos e definindo o lugar que os homens e as mulheres deveriam ocupar na sociedade e na sexualidade – em que a mulher representava a tentação dos desejos carniais, que deveriam ser evitados.

É inevitável perceber que o excesso de controle e as restrições quanto a vivência da sexualidade trouxeram consequências, tornando-a mal vista e um tabu, o que contribuiu para a ausência de conhecimento e o receio em se trabalhar o tema até os dias atuais.

A sociedade brasileira contemporânea se relaciona com a sexualidade de forma repressora e omissa, reproduzindo modelos ultrapassados. Essa cultura não é discutida pela maioria das pessoas, embora seja fundamental na vida delas enquanto parte da construção de suas identidades. Por isso, não deveria ser negligenciada.

É preciso criar espaços para trabalhar a educação sexual de forma que ela não seja confundida com questões políticas, mas sim fundamentada em pesquisas e trabalhos científicos sérios. Nesse sentido, a noção de sua construção histórica é fundamental, uma vez que somos resultados do processo histórico e cultural, e ao entendê-lo, temos condições de compreendê-lo e reorientá-lo para os momentos que sucedem.

Assim, o profissional da educação sexual e de outras áreas que atuam com o tema precisa se instrumentalizar para abordá-lo despidido de tabus, preconceitos e valores construídos socialmente, característica que pode levar prejuízo à sua atuação e à própria percepção da sexualidade.

A educação sexual está em construção. Este trabalho é apenas um recorte das dificuldades que encontramos, entre tantas outras, e que impactam na realização e na oferta de uma educação sexual livre, responsável e respeitosa, imprescindível para uma vida saudável a todos.

Referências

1. Figueiró MND. O professor como educador sexual: interligando formação e atuação profissional. In: Ribeiro PRM, organizador. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência; 2004.
2. Furlani J. Mitos e tabus da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2009.
3. Barone I. Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mãe e não a escola, como diz Bolsonaro?[internet] 27 abr 2019 [acesso em 7 out 2021]. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/quem-ensina-sexo-para-a-crianca-e-o-papai-e-a-mamae-diz-bolsonaro-o-que-dizem-especialistas/>.
4. Pavaneli A. Quem define gênero é a natureza, diz futuro ministro da educação [internet]. 16 nov 2018 [acesso em 7 out 2021]. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2018/11/26/quem-define-genero-e-a-natureza-diz-futuro-ministro-da-educacao.ghtml>.
5. Nunes C, Silva E. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: Lombardi JC, organizador. Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados; 1999. p.161-177.
6. Parker RG. Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. Best Seller, 1991.
7. Mota JF. Notas sobre confessorário no século XVI na Europa e no Brasil: Azpilcueta Navarro e Anchieta [internet]. [acesso em 1 out 2021]. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/resources/rj/Anais/2006/ic/Jaqueline%20Ferreira%20da%20Mota.pdf>
8. Correia C PCC. A sexualidade feminina na idade média portuguesa: norma e transgressão [internet] [dissertação]. Lisboa: Universidade Nova Lisboa. ; 2016 [acesso em 29 set 2021]. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/21576/2/DISSERTA%C3%87%C3%830.pdf>.
9. Faria MR. Pedagogia da vigilância: o jesuíta na aldeia séculos XVI e XVII. Cad Pesq [internet]. 2016 [acesso em 30 dez 2016]; 46(162):1010-1026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/RrcrrssqJJwDp4LCMnkf7jb/?lang=pt>.
10. Del Priore M. Histórias íntimas: sexualidade e erotismo. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; 2011.
11. Ribeiro PRM. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: Figueiró MND, organizador. Educação sexual: múltiplos temas. Londrina: UEL; 2009. p. 129-140.

12. Moreira VS. Ensinar mulheres na história: abordagens biográficas [internet] [dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2018 [acesso em 29 set 2021]. Disponível em: <https://profhistoria.paginas.ufsc.br/files/2019/02/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Viviane-da-Silva-Moreira-1.pdf>.
13. Freyre G. Casa grande e senzala. 51. ed.. São Paulo: Ed. Global; 2006.
14. Nunes C. A. Desvendando a sexualidade. 5. ed. Campinas: Papirus; 2003.
15. Tessarioli G. M. As minhas, as suas, as nossas sexualidades. In: Ribeiro HCF, organizador. Todos a favor da educação sexual. São Paulo: CEPCoS; 2013. p.139-153.
16. Linhares J. Marcela Temer: bela, recatada e do lar [internet]. 18 abr 2016 [acesso em 7 out 2021]. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.
17. Ribeiro D. Bela, recatada e do lar: matéria da Veja é tão 1792 [internet]. 20 abr. 2021 [acesso em 7 out 2021].. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792/>.
18. Pereira N. Entrevista com Mary Del Priore. Crítica a bela, recatada e do lar é intolerante com Brasil invisível, diz historiadora [internet]. 21 abr 2016 [acesso em 7 out 2021]. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_marydelpriore_entrevista_marcella_temer_np.
19. Guimarães CRP. O descaso em relação à educação sexual na escola: estudo de manifestações de futuras professoras de 1ª a 4ª série do 1º grau[dissertação]. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos; 1992.
20. Edwards WM, Coleman E. Definindo saúde sexual: uma visão geral descritiva. Arch Sex Behav. 2004; 33:190-191.
21. Ramos AJS. O conhecimento e a atitude face à saúde sexual e reprodutiva: um estudo correlacional em estudantes universitários [internet] [dissertação]. Lisboa: Universidade de Lisboa; 2010 [acesso em 12 out 2021]. . Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1249/2/18992_ULFC091284_TM_2_ENQUADRAMENTO.pdf.